MANDADO DE SEGURANÇA 38.710 MATO GROSSO

RELATOR : **MIN. DIAS TOFFOLI**
IMPTE.(S) : TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE MATO GROSSO
ADV.(A/S) : GREGORY PAIVA PIRES MOREIRA MAIA
IMPDO.(A/S) : TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO
PROC.(A/S)(ES) : ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO
INTDO.(A/S) : UNIÃO
PROC.(A/S)(ES) : ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO

DECISÃO:

Trata-se de dois agravos internos interpostos pelo Município de Cuiabá e pela União contra decisão monocrática por meio da qual concedi a segurança pleiteada, para cassar os efeitos do acórdão proferido pelo TCU nos autos da Representação nº 000.407/2021-6, reestabelecendo-se a competência fiscalizatória do TCE-MT quanto à legalidade, à legitimidade e à economicidade das obras propriamente ditas do VLT/BRT cuiabano.

Iniciado o julgamento dos mencionados agravos, após o voto de **minha lavra** pelo desprovimento dos recursos, o Ministro **Flávio Dino** apresentou voto-vista divergente, pelo não conhecimento do recurso manejado pelo Município de Cuiabá e pelo provimento do agravo interno interposto pela União, reformando a decisão agravada para que seja denegada a segurança (Primeira Turma, Sessão Virtual de 13.9.2024 a 20.9.2024).

Em seguida, pedi destaque dos autos.

Em 16/9/24, o Estado de Mato Grosso apresentou petição (eDoc. 67), na qual aduz que

“O Estado da Bahia contactou o Estado de Mato Grosso, por intermédio do Tribunal de Contas da União, sobre a possibilidade de alienação do material rodante e de materiais e equipamentos adimplidos no bojo do Contrato 037/2012/SECOPA/MT, firmado com o Consórcio VLT Cuiabá – Várzea Grande, cuja competência fiscalizatória é objeto deste mandado de segurança.

A partir da sinalização positiva dos entes públicos sobre a possibilidade de negociação, houve a instauração, no âmbito do Tribunal de Contas da União, de um Grupo de Trabalho, por meio da Portaria 147, de 23 de agosto de 2023, composta por membros do Poder Executivo, do Tribunal de Contas e do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas de ambos os Estados.

Nessa Portaria, reconheceu-se que, conquanto a questão discutida não se submeta à jurisdição do Tribunal de Contas da União, este Tribunal possui um papel relevante na articulação de um diálogo cooperativo entre unidades federativas e vasta experiência acumulada pela sua Secretaria de Controle Externo de Solução Consensual e Prevenção de Conflitos (SecexConsenso). (...)

(...)

Participaram, também, das negociações, o Consórcio VLT Cuiabá – Várzea Grande, inclusive a CAF Brasil Indústria e Comércio S.A. (fabricante do material rodante), a fim de conferir maior segurança jurídica à eventual operação, na medida em que praticamente todos os aspectos relacionados ao contrato administrativo em referência são objeto de disputas judiciais com o Estado de Mato Grosso.

As tratativas mencionadas foram concluídas com êxito e culminaram com a assinatura de um acordo extrajudicial entre o Estado de Mato Grosso e o Consórcio VLT, que teve como objeto a ‘(...) estruturação de resolução de todas as controvérsias, judicializadas ou não, relacionadas ao Contrato n.º 037/2012/SECOPA/MT, que se refiram às Partes e às sociedades empresárias que compõem o CONSÓRCIO’.

Complementarmente ao acordo extrajudicial, as partes firmaram com o Estado da Bahia ‘Instrumento de transmissão onerosa de bens e outras avenças’, por meio do qual pactuaram

a transmissão ao citado ente público do material rodante (VLT's) e de materiais e equipamentos também relacionados ao Contrato 037/2012/SECOPA/MT.

Verifica-se, portanto, que o próprio Tribunal de Contas da União, por meio da Portaria n.º 147/2023, reconheceu a inexistência de sua competência sobre as questões relacionadas ao Contrato 037/2012/SECOPA/MT e à implantação do modal VLT, inclusive a sua substituição pelo BRT, de modo que o ato acoimado de coator não mais se mostra dotado de qualquer eficácia." (edoc. 67, fls. 1-3).

Ao final, o Estado de Mato Grosso requereu "a suspensão do julgamento dos agravos internos interpostos contra a decisão concessiva da segurança postulada e o consequente reconhecimento da perda superveniente do objeto deste mandado de segurança" (edoc. 67, fl. 3).

Acerca da referida petição, o Tribunal de Contas dos Estado de Mato Grosso assim se manifestou:

"Concorda-se apenas em parte com o petítório.

O Tribunal de Contas da União de fato reconheceu a competência exclusiva da Corte de Contas mato-grossense para a deliberação envolvendo escolha de modalidade do transporte intermunicipal da região metropolitana de Cuiabá, conforme portaria 147/2023 do TCU:

(...)

Ademais, a questão fática subjacente ao presente *mandamus* de fato restou solucionado, à luz da bem-sucedida negociação entre os governos de Mato Grosso e Bahia, mediado pelo TCU e pelo TCE-MT.

Contudo, a questão constitucional subjacente – conflito de atribuições entre uma Corte de Contas Estadual e a Corte de Contas da União – não foi solucionada, ainda, de modo definitivo, por este Supremo Tribunal Federal.

Resta, ainda, a necessidade de se decidir quanto à repartição de competências entre os Tribunais de Contas.

Permanecem as questões: a simples invocação de legislação federal basta para atrair a competência do Tribunal de Contas da União, mesmo em obra sem recursos federais?

É correto equiparar o Tribunal de Contas da União ao Superior Tribunal de Justiça, guardião da legislação federal?

Pelo exposto: conquanto, de fato, o Tribunal de Contas da União tenha reconhecido a competência exclusiva do TCE-MT, e conquanto tenha-se solucionado a questão fática subjacente, remanescem relevantes questões jurídico-constitucionais pendentes de solução definitiva.” (edoc. 70).

É o relatório.

Decido.

O feito deve ser extinto, ante a perda superveniente de objeto.

Com efeito, extrai-se do teor da Portaria nº 147/2023, editada pelo Tribunal de Contas da União, o seguinte:

“Art. Fica instituído - mediante ajuste recíproco entre os representantes dos poderes e órgãos autônomos integrantes dos Estados da Bahia e de Mato Grosso -, Grupo de Trabalho com o escopo de, no prazo de trinta dias contados da publicação desta Portaria, avaliar, apontar e articular opções de destinação de equipamentos rodantes e acessórios do Veículo Leve Sobre Trilhos (VLT) decorrentes de contrato rescindido pelo Estado de Mato Grosso.

(...)

§ 2º A atividade do Grupo de Trabalho não abrangerá a escolha e a implantação do modal VLT/BRT na região metropolitana de Cuiabá - **tendo em vista que a matéria é da competência do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso (TCE-MT)**, conforme reafirmado pelo Supremo

Tribunal Federal nos autos do Mandado de Segurança nº 38.710, bem como que o referido TCE chancelou a rescisão do contrato administrativo nº 037/2012/SECOPA e autorizou a troca do modal VLT pelo BRT e o início das respectivas obras.

(...)” (publicada no DOU de 25/8/2023 - edoc. 68).

Assim, fica evidenciada a perda superveniente do objeto do **mandamus** por meio do qual se buscava justamente anular “o acórdão 1003/2022 do TCU, reestabelecendo-se a competência fiscalizatória do TCE-MT quanto à legalidade, legitimidade e economicidade das obras propriamente ditas do ‘VLT/BRT’ cuiabano, limitando a competência do TCU à análise dos contratos de financiamento, em razão da ausência de verbas federais” (edoc. 1, fl. 26).

Ante o exposto, nos termos do artigo 485, inciso VI, do CPC c/c art. 21, inciso IX, do RISTF, reconsidero a decisão agravada (edoc. 35) e **julgo extinto o presente mandado de segurança**, sem resolução de mérito, ante a perda superveniente de seu objeto.

Prejudicada a apreciação dos agravos internos interpostos pelo Município de Cuiabá e pela União contra a decisão singular concessiva da segurança.

Publique-se.

Brasília, 30 de setembro de 2024.

Ministro DIAS TOFFOLI

Relator

Documento assinado digitalmente